



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

SERVIÇO SOCIAL E SINDICATOS: ELABORAÇÕES A PARTIR DA PRÁTICA

TACIANE COUTO GONÇALVES¹

LORHANA LUIZA LOPES²

ANA PAULA DE SOUZA³

RESUMO:

A partir da atuação no Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Zona da Mata e Sul de Minas (SINTRAF-JF) e no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTEMG) serão apresentadas algumas reflexões sobre o caráter educativo da profissão, como uma das possibilidades de contribuir com o fortalecimento do atual Projeto Ético-político do Serviço Social.

Palavras-chave: Sindicatos. Trabalho Profissional. Caráter educativo. Projeto ético-político.

ABSTRACT:

From work in the Union of Financial Workers of Zona da Mata and Sul de Minas (SINTRAF-JF) and in the Unified Union of Education Workers of Minas Gerais (Sind-UTEMG), some reflections on the work of social workers will be presented, pointing out the possibilities of contributing to the strengthening of the current Social Service Ethical-Political Project.

Keywords: Unions. Social worker. Educational character. Ethical-political project.

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado busca se somar às ideias (e ações) comprometidas com o fortalecimento do presente Projeto Ético-político profissional justamente por estarmos diante de

¹ Universidade Federal de Mato Grosso

² Universidade Federal de Juiz de Fora

³ Centro de Referência Regional de Saúde do Trabalhador de Juiz de Fora - Juiz de Fora

uma conjuntura diferente da que favoreceu a emergência do debate crítico sobre a dimensão ético-política do Serviço Social brasileiro, tornando urgente a defesa de seu legado de resistência.

Não estamos vivenciando um ascenso de massas e lutas populares. Ao contrário, nosso tempo está marcado pelo adensamento do neoliberalismo e da financeirização e isso se evidenciou com a Pandemia do Covid 19 que também escancarou a concentração de renda e as desigualdades territoriais do país. Isso reverbera ainda na destruição da natureza e da humanidade (com genocídio da população indígena e negra - como regra do projeto de nação brasileira). Soma-se a esses elementos as mudanças no universo do trabalho como a contrarreforma trabalhista que abre campo para relações de trabalho cada vez mais precarizadas, mesmo diante de inovações tecnológicas que poderiam otimizar o tempo do/a trabalhador/a a seu favor. Os ataques aos movimentos e organizações de trabalhadores/as a partir de campanhas midiáticas difamatórias, aliadas ao fim do imposto sindical, contribuem para crise do sindicalismo que precisa repensar suas intervenções para novamente ser visto como espaço de articulação de trabalhadores/as.

As mudanças no mundo do trabalho também se fazem sentir no Serviço Social, cujo perfil profissional é predominantemente formado por pessoas pretas e pardas, do sexo feminino, heterossexuais, católicas, com baixo nível salarial, majoritariamente oriundas do ensino privado e com um índice de desocupação acima da média nacional.⁴

Diante dessa conjuntura, a defesa do nosso projeto profissional só pode apoiar-se na solidariedade de classe, em seus múltiplos matizes territoriais, de gênero e étnico-raciais, e nesse universo é urgente a necessidade de apontar para a possibilidade de contribuição direta com os movimentos sociais da classe trabalhadora. A contribuição direta com os movimentos sociais (populares, democráticos e revolucionários) pode e deve se dar pela articulação com movimentos a partir dos espaços ocupacionais, pela ocupação de espaços políticos da própria categoria ou inserção orgânica em grupos políticos comprometidos com a superação da sociabilidade burguesa e com a luta por uma sociedade justa e igualitária.

Tendo isto em vista, é a partir do trabalho profissional que queremos propor as reflexões deste artigo. Não se trata de um relato de experiência, mas da sistematização teórica de assistentes sociais que pesquisam a relação do Serviço Social e Movimentos Sociais e que já atuaram como profissionais no Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Zona da Mata

⁴ Conferir: CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília CFESS, 2022c 2022 Cfess-Perfil Assistentes Sociais-Ebook.pdf.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e Sul de Minas (SINTRAF-JF) e no Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais (Sind-UTE\MG).

Diante da escassa literatura do Serviço Social sobre este campo de atuação defendemos a importância de registrar nossas reflexões sobre o exercício profissional. Assim, nos deteremos em apresentar um balanço das requisições e atividades desenvolvidas em cada espaço institucional, destacando as possibilidades concretas de efetivação de um trabalho que possa se aproximar de uma prática comprometida com os interesses do nosso Projeto Ético-político, apostando no caráter socioeducativo como um dos caminhos viáveis.

1. APONTAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS SOBRE SERVIÇO SOCIAL E SINDICALISMO

São pressupostos teóricos, dos quais partimos, que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e tem sua gênese, em condições históricas determinadas⁵ e que a “questão social” apreendida pela perspectiva política é o elemento que funda e justifica a profissão do Serviço Social enquanto *prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada* (Netto, 2011, p. 17) que passa a ter como objeto de seu trabalho as expressões da “questão social”.

Partindo desses pressupostos, entende-se que o trabalho de assistentes sociais se realiza combinando condições objetivas e subjetivas, sendo historicamente determinado e, apesar do destaque assumido pela sua dimensão técnico-operativa, sua forma de aparecer no mundo é orientada e, necessariamente, articulada com as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

O terreno em que trabalham os/as assistentes sociais é permeado por disputas que historicamente têm demonstrado tensionar o conjunto das relações sociais (no caso, interesses antagônicos próprios da sociedade capitalista). No entanto, ao se aproximar da teoria social crítica marxiana, o Serviço Social brasileiro passa a compreender seu estar no mundo sob outra perspectiva e consolida sua percepção com a construção do seu atual Projeto Ético-Político. É importante destacar que o período em que esse entendimento se desenvolveu no interior da categoria profissional foi marcado por uma conjuntura de ascenso das lutas populares na América

⁵ Trata-se da fase madura do capitalismo, do momento em que o proletariado, enquanto classe social, emerge no cenário político reivindicando melhores condições de vida ao mesmo tempo em que projeta na sociedade burguesa o caráter essencialmente político da “questão social”, como manifestação das contradições inerentes ao processo de apropriação privada do trabalho coletivo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Latina, terreno histórico da Reconceituação do Serviço Social latino-americano e do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro.⁶

Nesse caso, a conjuntura histórica tende a incidir na direção social da profissão, que responde de acordo com as possibilidades concretas presentes na realidade⁷. A realidade latino-americana da década de 1960 vivia um contexto de insurgências, de ebulição política, econômica e cultural, de experiências emancipatórias, com destaque para a Revolução Cubana (1959), que teve forte influência na conjuntura brasileira.

Os movimentos de cultura e educação popular estavam ganhando destaque no cenário nacional como meio de atender às demandas da modernização conservadora do capitalismo dependente que precisava de uma população alfabetizada que fosse capaz de exercer seu direito de votar. No entanto, a alfabetização para adultos, ao mesmo tempo que ampliava a base de legitimação do governo, possibilitava que essas experiências fossem conduzidas por dirigentes do movimento estudantil de esquerda vinculados a contestação do sistema capitalista (BEISIEGEL, 1992).

Atrelada a outras dinâmicas contestatórias na realidade brasileira, o início dos anos 1960 colocou no cenário nacional o debate sobre as reformas de base, reforma agrária, urbana, administrativa, bancária, fiscal e da educação. Essas pautas mobilizavam setores significativos da sociedade, de modo que o caráter autoritário do Estado brasileiro e da sua burguesia se manifestou na instauração do golpe civil-militar em março de 1964⁸.

Foram vinte anos sob o regime explicitamente autoritário que combinou, entre outros elementos nefastos, a repressão política e violação de direitos humanos com certo nível de

⁶ Conferir: NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. Ed. 17. São Paulo: Cortez, 2015; IAMAMOTO, M.V e SANTOS, C.M. (Orgs). **A História pelo avesso. Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

⁷ Na literatura profissional encontra-se registro sobre como o tensionamento político-social, de meados do século XX no Brasil, ecoou no interior da profissão, com uma parte almejando uma modernização adequada às mudanças governamentais e outra parte almejando responder às pressões dos movimentos populares e se colocar a serviço desse público. Uma sugestão de leitura é a obra: SILVA, M. Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

⁸ É importante destacar, de acordo com Fernandes (2005), que o capitalismo dependente estará marcado por algumas características essenciais. Para o autor, existem pequenos grupos que concentram poder extremo e conseguem direcionar os rumos da modernização destas sociedades. Com isso, define-se um caráter autocrático para este capitalismo.

Nessa condição de dependência, para Fernandes (2005), a “revolução burguesa” acaba assumindo um caráter de contrarrevolução. Por um lado, apresenta um aspecto *preventivo*, em decorrência da preservação, por parte das burguesias internacionais, em relação as economias dos países periféricos, na lógica de evitar revoluções soberanas e populares dos países dependentes. Da mesma forma, expressa uma característica *defensiva*, uma vez que a burguesia nacional reconhece vantagens com esse acordo de dependência e para manter seus privilégios lança mão de recursos para defender seus interesses de classe. Além disso, a contrarrevolução passa a assumir um aspecto *prolongado*, ou seja, deixa de ser um episódio pontual para tornar-se um elemento estrutural, materializado, sobretudo, por seu caráter antidemocrático.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

crescimento econômico e certo nível de ampliação de políticas públicas e sociais, em especial, para as classes médias, como estratégia de legitimação de sua inserção tardia na fase madura do capital.

No entanto, a repressão desferida contra os movimentos sociais e sindicais que estavam mobilizados na década de 1960 em torno das reformas de base não foi suficiente para erradicar a oposição que encontrou maneiras de resistir à ditadura e lutar pela democratização. Assim, a reabertura política, que foi possível pela pressão dos opositores do regime e, sobretudo, pela perda das conquistas econômicas do Estado monopolista brasileiro, culminou em um novo ciclo de mobilizações e organização sindical, que desenrolou entre as décadas de 1970 e 1980.

A condição de dependência do capitalismo brasileiro cria uma massa significativa de sujeitos que ficou alijada das “conquistas econômicas” da sociedade urbano-industrial. Com isso, a nova onda de mobilizações congregou movimentos populares em torno da luta pelo acesso aos direitos sociais, retomando muitas das pautas urgentes e estruturais que se havia dispersado com o Golpe (a luta por reforma urbana, agrária, políticas públicas de saúde, educação, transporte e outras).

Em meio a este contexto de mobilizações populares surgiu em nosso país, na década de 1970, o chamado *novo* sindicalismo. Fruto de um processo crescente de mobilizações operárias no ABC paulista, o *novo* sindicalismo no Brasil, eclodiu a partir de 1978, como um movimento sindical de massas, independente que constituiu um marco na história da classe trabalhadora. (RAMOS; ORTIZ; PAULA, 2023, p. 126).

O novo sindicalismo que as autoras se referem faz alusão ao sindicalismo que propunha uma lógica alternativa àquela vigente desde a Era Vargas, que implementou um modelo sindical altamente centralizado e controlado pelo Estado⁹. Sem autonomia, os sindicatos assumiam-se como instrumentos de controle social e político, mediando os interesses entre empregadores e trabalhadores. A sua lógica era mediar interesses estruturalmente antagônicos.

Por isso, o *novo* sindicalismo diz respeito ao acúmulo político da classe trabalhadora brasileira que reage, de forma organizada, à crise do chamado “Milagre Econômico” da ditadura que gerou inflação, desemprego e insatisfação entre a massa de trabalhadores. Desta forma, o novo sindicalismo é um dos protagonistas na luta pela redemocratização do país e ajudou a construir uma nova cultura política no Brasil, marcada pela participação popular e pela luta por direitos.

⁹ Em 1932, o Governo Vargas estabeleceu um controle formal sobre os sindicatos por meio da legislação e do “Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”. Vigorava uma ideologia de colaboração de classes que buscava enquadrar os sindicatos numa lógica verticalizada e de negociação (financiamento compulsório, assistencialismo obrigatório, proibição de sindicalização dos servidores públicos, existência de comissões intervencionistas em sindicatos e outros, foram traços desse estrangulamento promovido pelo governo à época).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O SINTRAF-JF, que foi fundado em novembro de 1932, acompanhou o histórico de luta e resistência do sindicalismo brasileiro e filiou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no período de renovação do sindicalismo e de redemocratização do país. Também nesse contexto tem-se a origem do Sind-UTE\MG que é fruto da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), criada em 1979, no primeiro Congresso dos Educadores de Minas Gerais. O encontro contou com 500 delegados de 71 cidades mineiras e foi um marco importante na história do movimento sindical. Sua resistência seguiu em meio a mobilizações e greves significativas da categoria que levou a UTE a identificar a necessidade de unificar as entidades representativas dos trabalhadores da educação com a construção do Sind-UTE\MG, em agosto de 1990. É importante destacar ainda que a UTE foi uma das primeiras entidades sindicais de Minas Gerais a se filiar à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A CUT, criada em 1983 e o Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980 são fruto do amadurecimento da luta política no país, da unidade e da organização da classe trabalhadora, de modo que a CUT se expressou como central sindical classista e independente que agregou um número significativo de sindicatos do campo e da cidade. Contudo, os anos 1990 e 2000 foram marcados por profundas transformações no cenário econômico e político brasileiro, o que refletiu diretamente na atuação dos sindicatos. A abertura do mercado e as reformas neoliberais impulsionadas pelo Plano Real trouxeram desafios para o movimento sindical que perduram atualmente.

Segundo Mattos, desde a entrada na década de 1990, o movimento sindical em geral demonstrou uma baixa combatividade.

Os motivos do refluxo são vários e têm diversas origens. Entre eles, destacam-se três níveis de problemas: a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista (o sindicato único, o poder normativo, o imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores (Mattos, 2009, p.126).

Para o autor, a classe trabalhadora tem atuado na defensiva, para manter direitos, e a luta trabalhista precisa, mais do que nunca, resgatar a noção de classe e também incorporar outras temáticas que atravessam a vida social (gênero, sexualidade, meio ambiente e outras).

O contexto que segue é de desafios e o Serviço Social enquanto uma profissão profundamente marcada pelas transformações sociais, políticas e econômicas de cada época também é afetado pelo contexto histórico que o impele a desenvolver seus objetivos e suas práticas a partir do que está posto na realidade. Nesse caso, pode até parecer mais fácil sucumbir ao pragmatismo, elemento presente no cotidiano profissional, mas reafirmamos a necessidade de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pensar alternativas, não retomando uma visão messiânica ou idealista e sim entendendo que a própria contradição da história pressupõe possibilidades de mudança. Assim, como lamamoto diz, é urgente:

[...] reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, organicamente integrado aos movimentos sociais e instâncias de organização política de segmentos e grupos sociais subalternos, o que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos massivos de organização sindical e social, a partir da década de 90. (IAMAMOTO, 2008, p. 200).

Atrelada à constatação e quase convocação feita por lamamoto, defendemos também o potencial do caráter educativo do trabalho do/a assistente social quando direcionado para contribuir na defesa do projeto societário da classe trabalhadora e no fortalecimento do atual Projeto Ético-Político da profissão.

[...] o aspecto educativo do trabalho profissional é, talvez, o que se expressa com maior frequência nesses processos, manifestando-se ao se compartilhar informações sobre os serviços, políticas e direitos sociais; quando estimula um processo reflexivo sobre uma dada situação; quando reforça ou desconstrói estereótipos e preconceitos; quando aponta a mobilização e organização coletiva como formas possíveis de enfrentamento de determinados problemas; entre outros exemplos (Gonçalves, 2017, p. 75).

Quando falamos desse caráter educativo temos como pressuposto o entendimento que as pessoas se educam a todo momento, intencionalmente ou não. É o educar no sentido de processo de socialização humana. No caso do Serviço Social, a ação educativa ocorre quase sempre combinada com a oferta dos serviços sociais demandados pela população usuária. Contudo, se não reconhecermos o potencial desse caráter educativo em nossas interlocuções profissionais com a população atendida, perdemos a oportunidade de contribuir com o fortalecimento dos interesses sociais democráticos e emancipatórios. Em tempo, cabe sempre reforçar que a consciência é um elemento humano construído historicamente e, por isso, a transformação da consciência relaciona-se diretamente com as mudanças operadas na própria base material da sociedade.

A menção à dimensão política e ao caráter educativo deve-se a percepção das autoras do presente artigo de que estes são aspectos do trabalho profissional que se evidenciam ainda mais quando se trabalha junto aos sujeitos coletivos e que podem encontrar nos espaços ocupacionais surgidos no âmbito do movimento sindical um alinhamento de valores, princípios e objetivos (se pensarmos no possível alinhamento entre o Projeto Ético-político e o projeto societário defendido pelo movimento social em questão).

Se considerado o sentido de educar como o processo de produzir no indivíduo singular a humanidade produzida socialmente, entendendo que o/a agente educador/a é aquele/a que se posiciona diante da cultura e elege os elementos capazes de contribuir para a humanização do indivíduo (SAVIANI, 1996) – **informa, socializa, planeja, sistematiza, denuncia**, dentre outras ações que a própria cultura profissional identifica como pertinentes ao fazer do conjunto das/os assistentes sociais – então não há equívocos em reconhecer,

na natureza do Serviço Social, seu caráter de **educador/a social e político/a**. (Gonçalves, 2017, p.58).

A questão é que diante de uma conjuntura neoliberal e neoconservadora não se deve estagnar, reduzir-se ao fatalismo, fortalecendo o conservadorismo. Ao contrário, é preciso denunciá-lo, tendo em vista que a crise não é do nosso projeto profissional, mas é a crise de um sistema que precisa acabar e que tem dado sinais de que está chegando ao seu limite. Diante disso, uma ação possível da nossa categoria é justamente contribuir para evidenciar as contradições do capitalismo com a classe trabalhadora. Para tanto, temos apostado no fortalecimento de suas (nossas) organizações, através do caráter socioeducativo e de uma prática pautada na dialogicidade.

2. BALANÇO DAS REQUISIÇÕES E DEMANDAS INSTITUCIONAIS NO SINTRAF-JF E NO SIND-UTE\MG

Além da dimensão interventiva, o/a assistente social também tem consolidado sua dimensão intelectual, ocupando um lugar importante na produção de conhecimento sobre o capitalismo, a luta de classes e as políticas neoliberais, disputando espaço no campo ideológico com as vertentes liberal, pós-moderna e neoconservadora. No bojo dessas discussões, defende-se a atuação profissional junto aos movimentos sociais e sindicais que, inclusive, é respaldada pela lei de regulamentação da profissão que afirma ser competência do/a assistente social:

prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Lei n. 8.662, 1993, art. 4º, parágrafo IX) e no Código de Ética do assistente social, que afirma como direito do profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações da populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (Código de Ética do assistente social, 1993, art. 12, alínea b) e estabelece como um dever do profissional “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras” (Código de Ética do assistente social, 1993, art. 13, alínea c) (BALDI, 2010 apud [...], 2013).

Embasadas por estas orientações e normativas apresentaremos algumas considerações a partir da prática profissional em espaços de organização da classe trabalhadora.

No caso do SINTRAF-JF, a demanda por assessoria técnica tem um histórico que expressa as contradições e desafios postos ao novo sindicalismo. Foi no final da década de 1980, diante do processo de reestruturação financeira e operacional, que o sindicato demandou a contratação de assessores técnicos para atuarem em ações voltadas à saúde do/a trabalhador/a ([...], 2013).

Tratava-se de uma equipe multidisciplinar, contando com médico/a do trabalho, estagiários/as do Serviço Social que juntamente com os/as dirigentes do setor de saúde do

sindicato passaram a realizar reuniões com os/as trabalhadores/as, bem como seminários, visitas técnicas, organização de artigos e boletins informativos publicados nos canais de comunicação da categoria. A equipe tinha contato com um número expressivo de trabalhadores/as em adoecimento pelas condições de trabalho, parte afetada por Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e parte por assédio moral.

O assédio moral aumentou na transição da década de 1990 como consequência da lógica de aumento da produtividade, estabelecimento de metas e precarização do trabalho dos bancários, sendo esse processo reconhecido como expressão da “questão social” e por isso, demandando a atuação de profissional do Serviço Social.

As campanhas de negociação coletiva da categoria já traziam a pauta de assédio moral como central. No entanto, era necessário estabelecer o diálogo e construir formas de enfrentamento com a categoria e com os/as dirigentes sindicais que apesar de vivenciarem o sofrimento mental decorrente do assédio moral tinham dificuldades de reconhecê-lo no cotidiano do trabalho. O processo de exploração e precarização do trabalho, no âmbito do capitalismo, impulsiona o individualismo e a competitividade entre trabalhadores/as, o principal desafio, considerando a categoria bancária, pautava-se na construção do coletivo, acrescida da defesa da categoria trabalhador, já que muitos não se viam nessa condição por ocuparem postos de gestão nas agências bancárias.

Diante desse cenário, a assistente social (que já no período da graduação atuou junto ao sindicato a partir de projeto de extensão universitária) foi contratada em regime de celetista, entre 2014 e 2018, com jornada de 30 horas semanais. Despedindo-se da instituição após aprovação em concurso público.

A partir do vínculo, iniciado em 2014, estabeleceu-se uma referência de atendimento aos/às bancários/as vítimas de assédio moral nas instituições financeiras, os quais traziam como demanda principal orientação previdenciária e jurídica. Valorizando a demanda imediata avançávamos no processo de compreensão sobre o trabalho em tempos de financeirização do capital, além da problematização do conceito de assédio moral associado, na maioria das vezes, de forma individual a determinado gestor hierarquicamente acima do/a bancário/a adoecido/a. Desse modo, ampliamos a compreensão do assédio, tratando-o como organizacional, estimulado pela financeirização posta pelo capital.

Como forma de diálogo com o Sistema Único de Saúde (SUS), notificávamos ao Ministério da Saúde, através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) os casos de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

transtorno mental relacionados ao trabalho, o que impulsionou as notificações do agravo chamando atenção para a categoria no município. As notificações ao longo dos anos levaram à Coordenação Estadual de Saúde do Trabalhador de Minas Gerais a promover encontros com os serviços de referência municipais em saúde do trabalhador, utilizando o SINTRAF-JF como referência de articulação entre movimentos de representação de trabalhadores/as e serviços públicos de saúde.

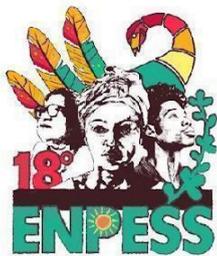
Durante os atendimentos, conseguimos categorizar os tipos de adoecimento, as estratégias de assédio promovidas pelas diferentes instituições financeiras e os casos de reincidências. A partir da análise desses dados, era elaborado o calendário de reuniões nas agências, onde devido a negociação coletiva o sindicato tinha tempo garantido para diálogo com os/as trabalhadores/as.

Vale destacar a ênfase dada às ações educativas (como as rodas de conversa sobre adoecimento da categoria) inicialmente voltadas para os/as trabalhadores/as já adoecidos/as e afastados/as do trabalho para tratamento de saúde. Nessas atividades os/as trabalhadores/as protagonizavam o espaço, com mediação da assistente social, participando também desses momentos os/as diretores/as do sindicato que contribuíam com debate político de forma a estimular a organização coletiva.

Foram mantidas as publicações nos boletins do sindicato sobre temas relacionados à saúde do trabalhador e sindicalismo. Mas ampliamos o debate abordando as especificidades das mulheres trabalhadoras, especialmente às mulheres negras que representavam minoria nos bancos privados.

De forma conjunta com a secretaria de formação sindical do SINTRAF-JF, foram organizados seminários de formação sindical, os quais proporcionavam espaço de ampliação do letramento sindical, importante oportunidade para analisar as transformações do mundo do trabalho e pensar a atualização das ações sindicais como forma de ampliar a interlocução com a categoria. Em várias oportunidades as atividades de formação eram ampliadas para os demais sindicatos que compunham a base da CUT Regional de Juiz de Fora. A partir dessa interlocução houve a possibilidade de estimular o debate sobre a presença das mulheres no movimento sindical, discutindo o machismo nas organizações sindicais.

No Conselho Municipal de Saúde, a assistente social representava o SINTRAF-JF na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) que é responsável pelo assessoramento aos/às conselheiros/as de saúde em temáticas relacionadas à saúde do/a trabalhador/a. A CISTT composta por diversos representantes sindicais e de associação de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadores/as, ampliou o espaço de articulação sindical. A partir dela nos posicionamos em defesa da manutenção dos serviços prestados pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST Regional de Juiz de Fora.

No breve período de intervenção, a Supervisão de Estágio em Serviço Social foi realizada, contribuindo para formação profissional e defesa do campo de atuação do/a assistente social. A partir das estagiárias que passaram pelo espaço sindical, trabalhos de conclusão de curso e artigos foram desenvolvidos contribuindo com a discussão sobre o adoecimento da categoria e a importância da organização sindical na luta por direitos dos/as trabalhadores/as.

Diante desse histórico, cabe destacar que o sindicato mantém o cargo até os dias atuais, configurando campo de trabalho importante e inovador no meio sindical da região da Zona da Mata de Minas Gerais.

Ao contrário do SINTRAF-JF, a relação do Serviço Social com o Sind-UTEMG não advém de uma trajetória histórica de aproximação. A demanda por assistente social se deu no ano de 2018, com abertura de edital de contratação. A assistente social, após processo seletivo, que consistiu em análise de currículo e entrevista, foi contratada e atuou na instituição de 2018 a 2022, tendo sido a primeira profissional do Serviço Social a trabalhar naquele sindicato¹⁰.

Foi imprescindível realizar uma análise institucional, conhecer os setores e o funcionamento de cada um. Além disso, viu-se necessário o acompanhamento de atendimentos do setor jurídico, para buscar identificar as principais demandas espontâneas que chegavam ao sindicato, de modo a traçar propostas de articulação e encaminhamento.

Diante dessa aproximação foram atendidos servidores que demandaram, por exemplo, auxílio no pagamento de energia, pois não teriam condições de arcar com o custo no mês em questão.

O fluxo de atendimentos individuais espontâneos não era alto e se dava por encaminhamentos do setor jurídico ou por outro setor da sede do sindicato. Não havia burocracias nos encaminhamentos: os/as servidores/as procuravam o sindicato para determinada demanda e o/a responsável pelo atendimento encaminhava ao Serviço Social, quando era o caso.

Essa dinâmica colocou a assistente social diante da realidade de uma categoria extremamente precarizada por conta do descaso por parte do governo estadual de Minas Gerais com a educação pública e seus/suas trabalhadores/as. Isso exigiu que a profissional buscasse a articulação com a rede socioassistencial da cidade. Na ausência de profissionais que atuassem

¹⁰ Conferir: [...]. **O Serviço Social no Sindicato dos/as Trabalhadores da educação de Minas Gerais**. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019, Brasília.

em sindicatos, conseguiu se inserir em um grupo (de aplicativo telefônico) de profissionais da prefeitura, da área da Saúde em que era possível trocar informações rápidas sobre contatos de instituições, programas sociais etc.

Além disso, fazer uma visita ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG) para conhecer a assistente social da instituição foi muito importante para ter noção do fluxo dos atendimentos, uma vez que a questão do atendimento à saúde dos/as servidores/as do estado de Minas Gerais era uma reclamação recorrente no sindicato, devido à dificuldade de agendamentos e demora dos atendimentos.

A precarização da saúde e da educação tem sido uma regra na sociedade brasileira, agravada pela lógica neoliberal que as considera mercadorias. Com isso, a dinâmica das privatizações e terceirizações avança para essas políticas públicas ao ponto de o Sind-UTEMG precisar mobilizar a categoria e sensibilizar a sociedade para tentar barrar a privatização das escolas públicas do estado¹¹.

A assistente social não atuou na construção dessas campanhas com o sindicato, mas percebeu, dentro do universo dos atendimentos sociais individuais e dos que eram compartilhados por outros setores, que a categoria dos/as trabalhadores/as da educação, majoritariamente feminina, é atravessada pela precarização constituinte da política de Educação. São profissionais pouco valorizadas, com remuneração baixa, o que as leva a trabalhar em mais de uma escola, resultando em sobrecarga de trabalho.

A questão do adoecimento psíquico de professores/as é um dado que está posto na realidade¹² e que tem relação direta com as mudanças no mundo do trabalho, além das especificidades advindas da relação de precarização d trabalhadores em educação com o estado de Minas Gerais que não garante remuneração adequada para o exercício profissional, tampouco uma aposentadoria que permita uma vida digna aos servidores.

Diante desse cenário vale destacar uma atividade de viés socioeducativo que foi a realização de um espaço formativo sobre *Mulheres e Educação*. A ideia era problematizar a condição de precariedade que o estado de Minas Gerais condiciona os trabalhadores em educação, ressaltando as implicações no recorte de gênero.

¹¹ Referência ao Projeto Somar (2022) que pretende transferir a gestão das escolas públicas do estado de Minas Gerais para Organizações da Sociedade Civil (OSCs) por meio de gestão compartilhada, representando um retrocesso sem tamanho na garantia de educação pública e gratuita enquanto um direito social referendado na Constituição Federal de 1988.

¹² Corroborar essa afirmação a construção do I Seminário O adoecimento Psíquico do Professor do Ensino Fundamental e Médio, em 2016 evento promovido pela Incubadora – Educação, Cultura e Arte, acontece na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia que contou com participação de representante do Sind-UTEMG e CNTE.

Essa proposta foi articulada com o setor de formação do sindicato e avaliado positivamente pelas profissionais responsáveis, ambas viram a potencialidade do debate, o envolvimento e adesão das participantes, que as levou a reconhecer a importância de dar continuidade em atividades como a realizada. Contudo, a profissional do setor de formação, uma cientista social, decidiu sair do sindicato para se dedicar ao doutorado e não havia sido contratado outro profissional em seu lugar até a saída da assistente social (pelo mesmo motivo).

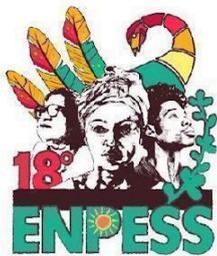
É interessante destacar sobre as experiências apresentadas a condição das assistentes sociais de partir de demandas específicas para elaborar propostas mais amplas. Por exemplo, conseguir problematizar a questão do assédio moral, retirando-o do lugar de um “problema” individual e posicionando-o como uma consequência do capitalismo e das políticas neoliberais, o que exige, portanto, ações coletivas de superação.

Da mesma forma que (ainda que muito importante) não basta restringir o trabalho em encaminhamentos para a rede socioassistencial, sem questionar os fundamentos da condição de precarização e adoecimento que estão submetidos os profissionais da educação, em especial as mulheres.

Nesse sentido, consideramos importante reafirmar que a contribuição com o processo de elevação do nível de consciência, a construção dos nexos de causalidade, o incentivo a mobilização e organização dos trabalhadores no espaço ocupacional (sobretudo os espaços de organização da classe trabalhadora) não devem ser motivos para desconforto e insegurança da nossa parte. Ao contrário, nossa formação nos permite apreciar temas diversos que podem contribuir com a denúncia das contradições capitalistas e da conjuntura desumana do neoliberalismo. Não se trata de militância ou messianismo, nem de permitir a descaracterização da profissão, mas de uma atuação crítica respalda em parte da literatura do Serviço Social e orientada em parâmetros profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a tendência que defende a vinculação da profissão aos processos de luta da classe trabalhadora emerge, traz a marca do contexto histórico de ascensão das lutas sociais e carrega o ônus e bônus do ineditismo (em especial, no que tange o discernimento sobre o que compete ou não ao exercício profissional). Contraditoriamente, se consolida num contexto nacional e internacional adverso, de rearticulação do capital e de refluxo das lutas de massa, ainda assim



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

expressando a maturidade política, organizativa, intelectual e interventiva da profissão. Silva (2007) afirma que a vinculação mais orgânica da profissão com trabalhadores/as, organizados/as ou não, teria se dado no contexto da redemocratização (décadas de 1970-80), desdobrando-se em demandas apresentadas ao Serviço Social por parte de alguns sujeitos coletivos (assessoramento e orientação político-organizativa e, por vezes, contratação direta). Tanto que Cardoso e Lopes afirmam que

Nesses processos de organização e formação de consciência de classe das classes subalternas, constituem possibilidades de atuação do assistente social: 1) a participação no desenvolvimento de propostas de formação político-organizativa, que possibilite a essas classes a apreensão crítica das contradições econômicas e político-ideológicas inerentes às sociedades capitalistas; a criação de formas próprias de reprodução e de resistência no enfrentamento cotidiano com os interesses das classes adversárias e a construção de formas de superação da opressão por essas classes; 2) desenvolvimento de propostas eminentemente educativas de fortalecimento das organizações da classe trabalhadora e de processos de constituição ideológica das classes subalternas na luta pela construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora e de toda humanidade. (Cardoso; Lopes, 2010, p.13)

Ou seja, é de grande valia o trabalho educativo que contribui com a politização e organização social. Sendo proporcionalmente desafiador a este trabalho estabelecer as estratégias e táticas que alinhem a intervenção ao projeto profissional crítico e ao projeto social democrático/emancipador.

Considerando a história da luta de classes no capitalismo, a primeira conquista coletiva da classe trabalhadora foi o direito a se organizar politicamente e, no bojo das contradições próprias das relações sociais, o que foi conquistado em termos de direitos sociais, trabalhistas, humanos, é mérito próprio dessa classe em seu enfrentamento ao Estado e à classe dominante.

Hoje já dispomos, ao nosso alcance, de vasta literatura sobre as lutas sociais em geral e a sindical em particular. Sugeriríamos, para quem se interessar em iniciar tal leitura, os estudos de Mattos (2009) que tanto aponta para os eventos anteriores à constituição da classe trabalhadora enquanto tal (registrando algumas greves, associações e rebeliões) como para os eventos mais contemporâneos.

Em linhas gerais, poderíamos dizer que a luta sindical no Brasil sempre precisou lidar com a particularidade de um mercado de trabalho marcadamente informal, que em certa medida impacta nos arranjos organizativos assumidos pela classe. Além disso, em parte da opinião pública há uma aversão ou descrença na institucionalidade ou ação coletiva, algo prejudicial à própria classe trabalhadora uma vez que a luta institucionalizada (no sentido de combinar organização e luta) segue sendo a melhor resposta à exploração e opressão no capitalismo. Mais uma vez



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reafirmamos: a constituição e garantia de direitos relaciona-se, diretamente, com o processo de organização e luta social.

Se pensarmos na longevidade alcançada, especificamente, por esse tipo de arranjo organizativo, nos vários desafios internos e externos enfrentados no decorrer da sua trajetória, na imprescindibilidade da luta sindical enquanto existir exploração do trabalho pelo capital, parece imprescindível que esse tipo de associação coletiva dos/as trabalhadores/as se transforme não só orientada pela defesa dos interesses econômicos e políticos da classe trabalhadora no capitalismo, como também busque sua legitimidade promovendo o elevar do nível de consciência das classes subalternas, incorporando à sua pauta principal às demais pautas de luta que integram um projeto societário contra hegemônico emancipatório.

Nesse ínterim, o Serviço Social em seu trabalho em/com os movimentos sociais, em especial, o sindical, precisa demonstrar um entendimento crítico do significado sócio-histórico-político do espaço em que se encontra. Enquanto uma organização classista, o movimento sindical existe para denunciar situações de exploração e opressão; reivindicar e propor mudanças na esfera do trabalho e na vida social; politizar debates e elevar o nível de consciência de sua base organizada e da sociedade em geral (por meio da formação, da organização, de lutas e da solidariedade de classe); disputar ideias e dirigir a opinião pública. Portanto, atuar profissionalmente junto e/ou dentro desse espaço implica contribuir nesse processo respeitando a autonomia desse sujeito coletivo e entendendo as nuances da dimensão política da atuação profissional.

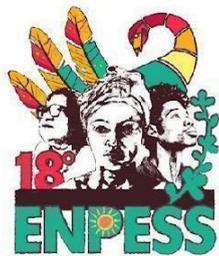
REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Carlos de Rui. **Política e Educação Popular (A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil)**. São Paulo, Ática, 1992.

BRASIL. **Lei nº 8.622**. Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <L8622 (planalto.gov.br)>. Acesso 19\08\024.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. “O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora”. In: Conselho social de serviço público–CFESS. **Serviço social, direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2010.p.1-18. Disponível em: <<https://www.poderesocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/4.7.O-trabalho-do-assistente-social-nas-org-da-classe-tr.pdf>>. Acesso: 17/08/2024.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília CFESS, 2022c 2022 Cfess-Perfil Assistentes Sociais-Ebook.pdf.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Florestan Fernandes: prefácio José de Souza Martins. – 5. Ed. São Paulo, Globo, 2005.

GONÇALVES, Taciane Couto. **O caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais.** Dissertação, UFRJ, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; SANTOS, Cláudia Mônica. (Orgs). **A História pelo avesso. Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.** São Paulo: Cortez, 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo, 1 ed. Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** Ed. 17. São Paulo: Cortez, 2015.

RAMOS, Adriana; ORTIZ, Fátima Grave; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades: reflexões sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social.** Juiz de Fora, MG: Editora UFJF\Serviço Social, 2023.

SILVA, M. Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

SIND-UTE/MG. **Nossa História.** Disponível em:
<<http://sindutemg.org.br/institucional/nossa-historia/>> acesso em 15 de agosto de 2024.

SINTRAF-JF. **Marcando a história e a luta da categoria bancária e da classe trabalhadora.** Disponível em: <bancariosjf.com.br/site/quem-somos> acesso em 19 de agosto de 2024.

[...]. **Assessoria do Serviço Social na área da saúde do trabalhador no Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Juiz de Fora/MG/Brasil.** In: XII Congresso Iberoamericano de Extensión Universitária - la integracion de la docencia, la investigacion y la extension para la transformacion social y el buen vivir., 2013, Quito, Equador..Anais do XII Congresso Iberoamericano de Extensión Universitária - la integracion de la docencia, la investigacion y la extension para la transformacion social y el buen vivir., 2013.